



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Velhice e processos de envelhecimento)

**Extensão universitária e direitos das pessoas idosas: reflexões
a partir do Programa Aurora em Jaguariaíva – PR**

Camila da Silva Santos¹
Elen Aparecida da Silva²
Fernanda Gomes Banhos³
Maria Iolanda de Oliveira⁴
Rosângela Bujokas de Siqueira⁵

Resumo. O envelhecimento, com seus múltiplos aspectos, é um tema que vem ganhando visibilidade, considerando o aumento na expectativa de vida e seus desafios. Produzir conhecimento, inserir o debate na formação profissional e aprimorar políticas sociais são pontos importantes. Este trabalho relata a experiência do Programa de Extensão Aurora e reflete sobre suas contribuições e desafios. É uma pesquisa exploratória, com dados e discussões sistematizados a partir das ações extensionistas. Os resultados apontam que a extensão surge como uma alternativa, compartilhando boas práticas e contribuindo para a superação de vulnerabilidades e redução das situações de violação de direitos das pessoas idosas.

Palavras-chave: Envelhecimento; Direito à Habitação; Extensão Universitária.

Abstract: Aging, with its multiple aspects, is a topic that has been gaining visibility, considering the increase in life expectancy and its challenges. Producing knowledge, including debate in professional training and improving social policies are important points. This work reports the experience of the Aurora Extension Program and reflects on its contributions and challenges. It is an exploratory research, with data and discussions systematized based on extension actions. The results indicate that extension appears as an alternative, sharing good practices and contributing to overcoming vulnerabilities and reducing situations of violation of the rights of elderly people.

Keywords: Aging; Right to Housing; University Extension.

¹ Estudante de Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista de graduação. E-mail: 21002965@uepg.br

² Estudante de Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Estagiária voluntária. E-mail: 21003665@uepg.br

³ Assistente Social, Graduada pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Especialista em Direitos Humanos numa perspectiva multidisciplinar pelo Centro Universitário UniBrasil. Bolsista recém formada. E-mail: fernandabanhosfgb@gmail.com

⁴ Assistente Social. Docente no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda no Programa de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: mariaiolanda@uepg.br

⁵ Assistente Social. Docente no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Ciências Sociais e Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bolsista Coordenadora. E-mail: rsiqueira@uepg.br



1. INTRODUÇÃO

Em geral, o envelhecimento ainda tem sido visto a partir dos seus aspectos biológicos, como um momento da vida inclinado à fragilidades de diversas ordens (físicas, psíquicas, emocionais, etc), contudo, sua dimensão político-social precisa ser melhor debatida em nossa sociedade.

O envelhecimento é um processo, resultado de fatores biológicos e psicológicos que influenciam a condição do corpo, mas também impactado diretamente por aspectos socioculturais, políticos e econômicos. [...] (VIEIRA, 2023). A diversidade cultural e a desigualdade social exigem que olhemos para este tema a partir de velhices muito plurais, que carregam especificidades de classe, raça-etnia e gênero.

Os trabalhadores e trabalhadoras submetidos à condições precárias de vida envelhecem de determinada forma; as mulheres, atravessadas pelas sequelas da desigualdade de gênero, também vivenciam este momento diferente dos homens; e ainda, uma série de estudos vem mostrando que a velhice das pessoas negras também carrega peculiaridades em relação às pessoas brancas, começando pela menor expectativa de vida.

Essa compreensão do tema corrobora as colocações de Teixeira (2020), para quem o envelhecimento social é uma expressão da questão social, uma vez que as desigualdades de classe, gênero e raça impactam diretamente na trajetória de vida e longevidade dos sujeitos sociais, desta maneira, diferentes áreas do saber podem contribuir para compreender e discutir essa faceta, bem como propor ações que contribuam para a efetivação do direito de envelhecer.

Por tudo isso, a pauta do envelhecimento precisa ocupar as agendas estatais em diferentes setores de políticas sociais, assim como a produção de conhecimento crítico sobre a temática, especialmente no âmbito do serviço social.

Dados oficiais já mostram a rápida tendência do envelhecimento populacional em nosso país, o que, por certo, implicará cada vez mais em demandas sociais, considerando nosso cenário sócio-político.

De acordo com o IBGE (2023), dados de 2022 revelaram que a população idosa de 60 anos ou mais é de 32.113.490 (15,6%), representando um aumento de 56,0% em relação aos 10,8% levantados no ano de 2010, quando a população idosa era composta por 20.590.597 pessoas. Já o número de pessoas idosas com 65 anos ou mais é de 22.169.101 (10,9%), cujo aumento foi de 57,4% em relação a 2010, quando havia 14.081.477 pessoas idosas, ou seja, 7,4% da população.

Desta forma, o tema do envelhecimento deve ganhar espaço no processo de formação profissional, assim, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência do



Programa de Extensão Aurora, coordenado pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e refletir sobre suas contribuições e desafios no campo dos direitos das pessoas idosas, público alvo das ações extensionistas.

Este Programa tem sido executado em parceria com o Programa Viver Mais Paraná, que oferta moradia exclusivamente para pessoas idosas, sendo uma modalidade do Programa Casa Fácil – PR.

Na UEPG, o Programa Aurora foi criado no fim de 2022 e ao longo do ano de 2023 desenvolveu uma série de ações multidisciplinares de acompanhamento de pessoas idosas residentes no Condomínio do Idoso, no município de Jaguariaíva.

A partir da perspectiva do envelhecimento como um processo biopsicossocial, a equipe do Projeto tem atuado com o mote de implementar ações relacionadas à promoção dos direitos das pessoas idosas que contribuam para o bem-estar dos residentes no Condomínio.

O artigo relata esta experiência, destacando o papel da extensão universitária, as ações desenvolvidas por este Programa, suas contribuições e *insights* que possam somar na tarefa de debater criticamente a velhice e processos de envelhecimento.

2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E OS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, junto do ensino e da pesquisa, a extensão compõe o tripé que sustenta a produção do conhecimento e o processo de formação profissional universitários. Para Santos (2023, p. 12):

O Artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988); tendo a educação superior por finalidade, conforme preescreve o Artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/96, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica (inciso III), comunicar o saber através do ensino (inciso IV) e promover a extensão aberta à participação da população (inciso VII) (BRASIL, 1996). Ensino, pesquisa e extensão constituem assim as três funções básicas da universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de educação superior, pois, ao contrário, estarão violando esses preceitos legais.

De fundamental importância e sob este princípio constitucional da indissociabilidade, a extensão é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que deve promover a interação transformadora entre Universidade e outros setores, grupos da sociedade (FORPROEX, 2015).

**Quadro 1:** Funções básicas da Universidade

Função	Objetivo
Ensino	Articular as ciências existentes, conhecer seus produtos e formar profissionais. Legitima-se no espaço social pela quantidade e qualidade dos diplomas concedidos
Pesquisa	Construir novos, confirmar ou contestar conhecimentos existentes. Legitima se junto à sociedade pela produção de tecnologias úteis a ela e pela orientação científica na resolução dos seus problemas
Extensão	Articular os interesses do ensino e da pesquisa com os interesses sociais. Legitima-se pela presença de agentes universitários nos setores sociais, executando ações de serviços, assistências, projetos culturais, ensino de extensão etc.

Fonte: SANTOS, 2023. Organização das autoras.

Com um viés notadamente crítico, envolvendo um processo político e almejando uma interação transformadora, a extensão tem contribuído, ao longo dos anos, para o debate de temas caros em nossa sociedade, como os movimentos sociais e populares, a reforma agrária, as pautas de gênero e luta das mulheres e também o envelhecimento.

Embora venha, mais recentemente, ocupando um espaço importante dentro das Universidades, a extensão universitária foi entendida, durante décadas, como uma prática pontual e, de certa forma, assistencialista.

[...] no início da década de 1970 surgiu um grande paradoxo em relação à visão de extensão universitária: por um lado era vista sob o aspecto do fortalecimento dos movimentos sociais e, por outro, sob o caráter manipulador e assistencialista. Destaque-se que em meio a tal situação, surgiu um novo cenário – o início de negociações para a redemocratização do Brasil. Era o prenúncio do começo de uma nova década. Por isso, nos anos 80, apesar de conviver ainda com a crise de identidade, principalmente sob o estigma do assistencialismo, a extensão passou a ser objeto de estudos e debates que anunciavam sua participação definitiva como prática acadêmica necessária à formação (complementar) de docentes e discentes e indissociada do ensino e da pesquisa (SANTOS, 2023, p. 12)

Enquanto uma prática acadêmica necessária à formação, e articulada ao ensino e a pesquisa, a extensão, respaldada pela contribuição de Paulo Freire, fundamentou-se como uma ação cultural norteadas por um processo educativo fundado na noção de diálogo e comunicação, onde os diferentes sujeitos criam e recriam o aprendido, em um movimento de desvelamento da realidade (OLIVEIRA, et II, 2013).

Segundo a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), estão entre seus objetivos: efetivar-se em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;



contribuir para que a extensão universitária seja parte da solução dos problemas sociais do País; estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade; priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais, como, por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e distribuição de renda; entre outros.

Embora não esperemos que essa conceituação seja a hegemônica no âmbito das práticas extensionistas, considerando as disputas de visões e de interesses que atravessam a Universidade, destacamos que no âmbito da experiência relatada neste artigo temos procurado caminhar inspirados e embasados pelos objetivos da Política Nacional de Extensão, que materializa toda uma trajetória de luta pela função social da Universidade Pública.

Desta maneira, o tema do envelhecimento, como uma demanda do nosso tempo, associado a efetivação dos direitos das pessoas idosas, torna-se matéria prima, objeto do Programa Aurora, que articula uma equipe multidisciplinar com 14 integrantes (entre coordenação, estudantes bolsistas, profissional recém formado, estagiários e professores orientadores), financiado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), executado pela UEPG, em parceria com a prefeitura de Jaguariaíva.

2. A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA AURORA – UEPG

O direito à habitação já foi previsto na Constituição Federal de 1988 e, tratando-se da pessoa idosa, destacamos também a Política Nacional do Idoso, de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.948 de 1996, e o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, como instrumentos de garantia de direitos, que asseguram o envelhecimento digno e regulam os direitos das pessoas com idade de 60 anos ou mais.

A partir dessa regulamentação, no ano de 2019 o governo do Paraná, por meio da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), passou a executar o Programa Viver Mais Paraná, voltado para pessoas idosas de baixa renda que não possuam moradia, através da construção de condomínios horizontais fechados, com casas adaptadas e uma infraestrutura de saúde, assistência social e lazer com o objetivo de proporcionar aos moradores mais qualidade de vida, além do estímulo à prática coletiva de atividades físicas, culturais e de lazer.

O Programa Estadual de Habitação Casa Fácil foi instituído pela Lei Estadual nº 20.394 de 2020, com o objetivo de incentivar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais (PARANÁ, 2020). No Paraná, no que tange a habitação e conforme dados



estatísticos, 10% do déficit habitacional está relacionado à pessoa idosa, sendo um público que, além da habitação, necessita de moradia em espaços saudáveis, com cuidados especiais e acompanhamento específicos que garantam dignidade e qualidade em seu modo de viver, conforme consta, inclusive, na regulamentação do Programa Viver Mais (COHAPAR, 2020).

Considerando a conjuntura de aumento da população com 60 anos ou mais, somada a desigualdade instalada em nossa sociedade, que repercute nas condições de vida das pessoas idosas, abriu-se a possibilidade de atuação da Universidade, por meio da Pró-reitoria de Extensão, em ações extensionsitas de acompanhamento dos residentes nos condomínios do Programa Viver Mais, selando a função social da Universidade diante das demandas contemporâneas da nossa sociedade.

O papel primordial da universidade é a de gerar e difundir conhecimentos e saberes. Enquanto organismo socialmente constituído e determinado, tem refletido historicamente o quadro social de sua época e incorporado em suas agendas a temática fornecida pela sociedade onde se encontra inserida, abrigando em si os germes das contradições geradas na e pela própria sociedade, no confronto entre as diferentes perspectivas e interesses que permeiam o todo social (SANTOS, 2023, p. 11).

Com isso, elaborou-se uma proposta de extensão que se constituiu na aprovação do Programa Aurora, com o desenvolvimento de ações voltadas aos moradores no condomínio em Jaguariaíva, contribuindo para o atendimento das pessoas idosas com um trabalho humanizado, pautado no envelhecimento com qualidade, levando em conta suas características, necessidades, particularidades e demandas, de acordo com as diferentes faces do envelhecimento.

Quadro 2: Faces do envelhecimento

Face do envelhecimento	Características
Biológica	Se caracteriza como o processo que é dinâmico e irreversível.
Cronológica	É a quantidade de tempo que passou desde o seu nascimento até à data indicada, é a idade em termos de anos, meses, dias, etc.
Funcional	Está relacionada à capacidade funcional de uma pessoa em ambientes físicos e sociais, comparativamente a outros indivíduos de igual idade cronológica.
Psicológica	Está relacionado à idade cronológica e à percepção de aprendizagem que o indivíduo possui, bem como do autoconhecimento e de toda a história de vida de uma pessoa.
Social	Está relacionada à avaliação de como o indivíduo desempenha seus papéis no meio em que se insere, assim, a forma de envelhecer pode sofrer variações de acordo com o contexto histórico e econômico da



sociedade.

Fonte: NOVAES, et al (2020). Organização das autoras.

As faces do envelhecimento, assim como os diferentes aspectos que envolvem esse processo dão a dimensão da importância de um trabalho interdisciplinar e intersetorial.

No Aurora, a metodologia é a de ensino-aprendizagem, que nas palavras de Paulo Freire compreende um processo dialógico e de intercâmbio constante nas relações que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos em determinada ação (OLIVEIRA, et al, 2013).

Pela troca de experiências e vivências, no dado contexto em que se realiza a intervenção do Programa Aurora, as pessoas idosas são reconhecidas como seres humanos que possuem trajetórias e histórias únicas, sendo necessário reconhecê-los em sua complexidade e buscar atendê-las na integralidade, considerando os aspectos biológicos, sociais, culturais, afetivos, entre outros (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2018).

O público-alvo são os moradores do Condomínio do Idoso em Jaguariaíva, o qual conta com 40 casas, sendo que, atualmente, 37 destas estão ocupadas. De acordo com o levantamento realizado pelos bolsistas de graduação do Programa, junto a 30 pessoas idosas residentes, o Condomínio possui cerca de 51,4% homens e 48,6% mulheres.

A idade destes moradores varia entre 61 até 79 anos, o que implica em atenção e cuidados para uma fase da vida que apresenta maiores fragilidades, especialmente após os 70, 75 anos. Ainda em relação a possíveis fragilidades, o nível de escolaridade é outro ponto que chama atenção, pois dos 30 entrevistados, 22 não completaram o ensino fundamental.

A pesquisa levantou também que 77,7% das pessoas residem sozinhas, sendo solteiros, divorciados ou viúvos; apesar disso, 74,1% possuem filhos, sendo estes seus maiores vínculos afetivos nessa fase da vida.

Sobre os vínculos sociais, 70,4% possuem algum vínculo com organização, associação, movimento, e ao solicitarmos a especificação, percebemos que a Igreja é o espaço mais mencionado pelas idosas e idosos.

Outro dado importante levantado pela equipe do Aurora é que 70,4% não participam de atividades educativas ou culturais ofertadas pelo município, o que nos dá a dimensão da fragilidade da rede de atendimento voltada à pessoa idosa.

A experiência do Condomínio tem sido, até o momento, bem avaliada por boa parte dos residentes, que destacam a tranquilidade e a casa como os pontos fortes desta modalidade habitacional ofertada pelo Programa Viver Mais.

Em relação as ações desenvolvidas pela equipe extensionista do Aurora, possuem caráter multi e interdisciplinares, envolvendo as áreas de assistência social e saúde, por



meio de quatro departamentos/cursos, através de seus respectivos projetos de extensão, que se articulam dentro do Programa: educação física, com o Projeto Natividade; odontologia, com o Projeto Atenção Odontológica; Serviço Social, com o Vivendo e Convivendo; enfermagem, com Saúde do Idoso e farmácia, com os Projetos Cuidado Farmacêutico e Plantas Medicinais. Algumas ações contam com apoio dos profissionais do município de Jaguariaíva, especialmente da Secretaria de Assistência Social e da Habitação.

Sobre a dinâmica de trabalho, são realizadas na UEPG, em Ponta Grossa, reuniões de equipe para planejamento e estudo, é construído um cronograma mensal de idas para o Condomínio em Jaguariaíva, intercalando as áreas envolvidas, para que tenha participação de todos. Cada área de conhecimento trabalha de forma específica com questões relacionadas ao envelhecimento, seja orientando os residentes, bem como visando integrá-los para usufruírem dos serviços públicos ofertados no município de Jaguariaíva.

Ao longo do ano de 2023, entre os meses de abril e dezembro, os bolsistas do Aurora, supervisionados por professores da área, desenvolveram de um a dois dias na semana atividades dentro do Condomínio em Jaguariaíva, totalizando 43 dias de ações extensionsistas com temas e propostas diversas, como: oficinas; palestras; visitas domiciliares; visita institucional; gincanas; rodas de conversa; dinâmicas de grupo; atendimentos individuais; orientações; encaminhamentos para a rede socioassistencial e reunião com equipe local.

Entre as atividades desenvolvidas, destacamos algumas: diagnóstico social dos residentes; Casa Violeta, durante a campanha do Junho Violeta; pesquisas sobre quedas, suicídio, uso de medicamentos; plantio, cultivo e uso de plantas medicinais; caça ao tesouro; show de talentos; cápsula do tempo; organização e participação comunitária.

Quanto aos resultados, iniciativas como a do Programa Aurora surgem como uma alternativa de atendimento a um público específico com o intuito de compartilhar boas práticas e remodelar estratégias contribuindo para melhoria na vivência e nas relações de convivência entre os residentes, oportunizando um espaço plural e de integração social, alteração na maneira de ver a vida, superação das vulnerabilidades materiais, sociais, relacionais e redução das situações de violação de direitos, violência e de institucionalização.

CONCLUSÕES



O tema das velhices e do envelhecimento vem ganhando cada vez mais visibilidade e espaço nas agendas públicas, contudo, a magnitude dos seus desafios ainda estão aquém das políticas sociais existentes.

Reconhecer a segurança de moradia para a população de 60 anos ou mais é, sem dúvida, uma importante conquista desse público no Paraná, contudo, a experiência extensionista do Programa Aurora nos alerta para alguns desafios e *insights* que merecem ser indicados: a iniciativa dos condomínios para pessoas idosas precisa se dar de forma articulada com a rede socioassistencial, estreitando vínculos sociais e territoriais dos residentes; além do acompanhamento e orientações no campo da assistência social e saúde, é necessário fortalecer a convivência comunitária, práticas de educação popular e até mesmo a mobilização política, pois tais condomínios agregam as múltiplas dimensões do envelhecimento, que como bem sabemos, expressam uma pluralidade de facetas, que abarcam as dimensões físicas, biológicas, mas também demandas sociais de classe, desigualdade de gênero e de raça-etnia.

REFERÊNCIAS

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf> Acesso em: 5 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos> Acesso em: 19 nov. 2023.

NOVAES, A,D,C. et al. **Temas sobre envelhecimento**. Disponível em: <https://www.gerontologia.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/graduacao/temas-sobre-envelhecimento-atividades-cognitivas-para-idosos.pdf> Acesso em: 31 out 2023.

OLIVEIRA, Lucia Conde de; VIEIRA, Sâmia Barros; SOUSA, Albano de; NOGUEIRA, Maria Sônia Lima; BRITOV, Célia Maria Machado; FERNANDES, Isabelle Rocha. Diálogos entre Serviço Social e educação popular: reflexão baseada em uma experiência científico-popular. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 381-397, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/YZqXFfV4fFJgk4nq35YCbF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 fev. 2024

PARANÁ. Lei Estadual nº 20.394/20. Programa Estadual de Habitação – CASA FÁCIL PR

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da Extensão Universitária à Formação Acadêmica Docente e Discente no Século XXI: um debate necessário. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731> Acesso em: 10 ago. 2023.



TEIXEIRA, Solange (org.) **Serviço Social e Envelhecimento**. Piauí: EDUFPI, 2020.

VIEIRA, Priscila (org.) **Envelhecimento e Desigualdade Raciais**. Disponível em: <https://cebrap.org.br/envelhecimento-de-desigualdades-raciais/> Acesso em: 24 ago. 2023.